

Brasil ganha 35% de desconto e juro fixo

Helival Rios

O Brasil chegou ontem a um acordo final sobre a dívida externa do País com os bancos privados, envolvendo um estoque de dívida total de US\$ 44 bilhões. Pelo acordo formulado, este débito será reduzido em US\$ 15,4 bilhões, graças à troca dos débitos antigos por títulos novos que se apropriam de um deságio de 35% da dívida. A partir de agora, praticamente toda a dívida externa brasileira com os bancos comerciais estrangeiros será convertida em títulos emitidos pela República Federativa do Brasil, segurados por dólares e títulos do Tesouro dos Estados Unidos e com prazo de resgate de até 30 anos.

Na prática, o acordo vai significar também a troca de quase a totalidade da dívida externa sujeita a juros flutuantes por juros fixos entre 4,25% e 6% ao ano, mais spreads de 0,8125 (ou 13/16 avos).

Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse que este foi o melhor acordo jamais feito por qualquer devedor em todo o mundo e o que representa um marco histórico, um divisor de águas na economia brasileira. Ele cobrou dos profetas das catástrofes, como o professor Edmar Bacha, que apontavam a dívida externa brasileira como sinônimo de uma grave crise sem solução, e que levaria ou a uma crise cambial, ou a uma hiperinflação, ou a ambas.

Agora, a dívida externa brasileira foi definitivamente solucionada nos acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional), com o Clube de Paris e com os bancos privados. E o "histórico" problema da dívida externa brasileira deixa de existir, uma vez que os títulos que vão substituí-la estão adequados à capacidade fiscal e cambial do Brasil, isto é, à sua capacidade de pagamento, segundo o ministro.

Sem o crônico problema da dívida externa, que chegou a ser apontado em congressos de economistas, seminários e em muitas páginas de jornais nos últimos dez anos, como causa central de todos os problemas do Brasil, o País fica livre para cuidar dos seus problemas domésticos, tais como a modernização dos portos, o combate à

inflação, a política industrial, entre outros — disse Marcílio.

O acordo da dívida terá de passar, ainda, pelo crivo do Senado Federal, devendo estar definitivamente assinado dentro de três ou quatro semanas, segundo espera o ministro.

Juros

Faz parte também do acordo da dívida externa brasileira o pagamento dos juros atrasados relativos a 1991 e 1992. O Brasil vinha pagando somente 30% dos juros vencidos. Este percentual passa para 50% no que se refere aos juros vencidos em 1992.

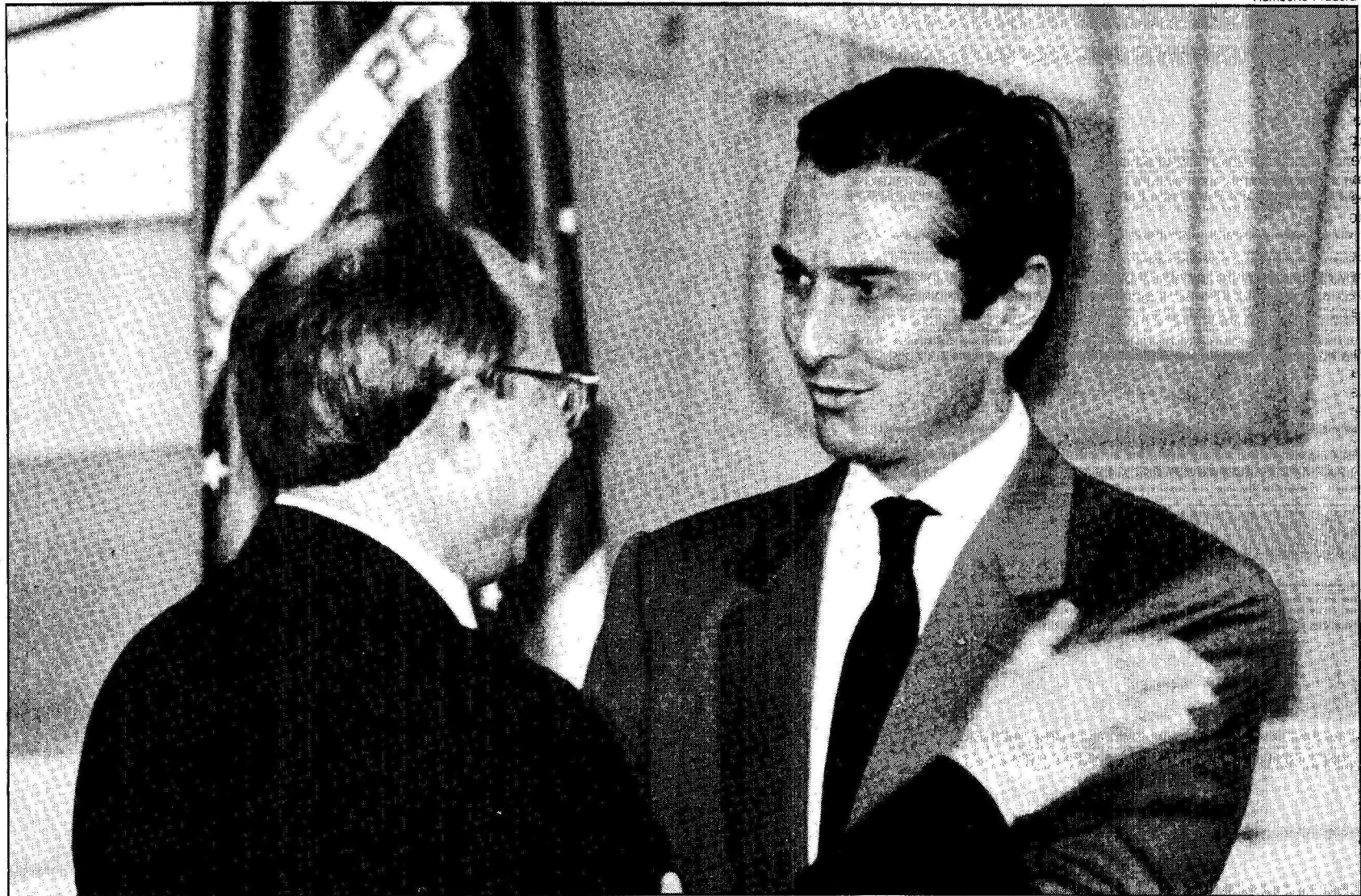
A parcela restante, isto é, os 70% dos juros não pagos em 1991, e os outros 50% dos juros devidos e não remetidos em 1992 serão também convertidos em bônus com 12 anos de prazo e três anos de carência e juros pela Libor, mais 0,8125% ao ano.

Quanto aos 20% que deixaram de ser pagos dos juros vencidos de janeiro até hoje (pois vinha pagando 30% e o limite se elevou para 50% com efeito retroativo a 1º de janeiro deste ano), eles serão pago cash, mas em duas parcelas: a primeira, quando 95% dos bancos privados aderirem ao acordo; a segunda, quando da assinatura definitiva do acordo. Esse pagamento total deverá custar ao Brasil cerca de US\$ 400 milhões, segundo estimativas do presidente do Banco Central, Francisco Gros.

Telefonema

O acordo do Governo brasileiro com os bancos privados estrangeiros foi concluído na madrugada de ontem: o ministro Marcílio foi comunicado pelo coordenador das negociações, Pedro Mallan, num telefonema de Nova Iorque para São Paulo às 6h00 (hora de Brasília). O ministro conversou demoradamente com seu assessor, para inteirar-se de todos os detalhes, e depois comunicou ao presidente Collor, através de telefonema às 7h15.

Apesar de toda a serenidade que procura sempre transmitir nas conversas com a imprensa, era visível ontem a euforia do ministro Marcílio com o fechamento do acordo da dívida externa com os bancos. "Chegou o fim de uma era. Vimos uma página da nossa história" — disse, emocionado.



Marcílio recebe os cumprimentos de Collor pelo fechamento do acordo e já conta com investimentos externos de US\$ 20 bilhões

Humberto Pradera